

Memórias ambientais e turismo no sul de Minas Gerais: contribuições para gestão de territórios rurais

Environmental memories and tourism in the south of Minas Gerais:
contributions to the management of rural territories

*Memorias ambientales y turismo en el sur de Minas Gerais: contribuciones a la
gestión de los territorios rurales*

Paulo Cezar Nunes Junior¹
Thais Aparecida Cortez Pinto¹
Rogério Melloni¹
Isadora Felícia da Silva¹

Recebido em 07/03/2022; revisado e aprovado em: 19/09/2022; aceito em: 24/11/2022
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i1.3665>

Resumo: A preservação do patrimônio material e imaterial, associada ao cuidado com a utilização dos recursos naturais, requer comprometimento e participação de todos os setores da comunidade. Especificamente, um dos grandes desafios da gestão ambiental é trabalhar junto à natureza de maneira responsável, de modo a contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais, e, ao mesmo tempo, atender aos anseios de moradores locais e visitantes. O presente artigo tem por objetivo analisar de que forma o resgate de memórias associadas ao meio ambiente e turismo pode lançar pistas e auxiliar na condução de trabalhos dos gestores ligados ao desenvolvimento e à conservação de territórios rurais, em um município do sul de Minas Gerais, Brasil. Para conhecer os atributos socioambientais, culturais e históricos inerentes ao caso analisado, foi feita pesquisa bibliográfica nos anos de 2019-2021, acesso a arquivos pessoais e entrevistas semiestruturadas com moradores locais e sujeitos relacionados diretamente à temática investigada, com roteiro preestabelecido de perguntas baseadas nos blocos temáticos: meio ambiente, turismo sustentável e histórias orais sobre a zona rural do município. Resultados mostraram que a gestão ambiental deve levar em conta possíveis conflitos com interesses particulares, superando-os com base em agendas de governança sólidas e concatenadas com o bem público.

Palavras-chave: estudos ambientais; turismo de base comunitária; desenvolvimento rural; sustentabilidade; memória oral.

Abstract: The material and immaterial heritage preservation, associated with the careful use of natural resources, requires commitment and participation of all the community sectors. Specifically, one of the great challenges of environmental management is to work together with nature in a responsible way, in order to contribute to the development of rural territories, and, at the same time, meet the wishes of local residents and visitors. This article aims to analyze how the rescue of memories associated with the environment and tourism can launch clues and assist in the conduct of the work of managers linked to the development and conservation of rural territories, in a municipality in the south of Minas Gerais, Brazil. To know the socio-environmental, cultural, and historical attributes inherent to the analyzed case, a bibliographic research was carried out in the years 2019-2021, as well as access to personal files and semi-structured interviews with local residents and subjects directly related to the investigated theme, with a pre-established script of questions based on the thematic blocks: environment, sustainable tourism, and oral histories about the rural area of the municipality. Results showed that environmental management must consider possible conflicts with particular interests, overcoming them based on solid governance agendas linked to public interests.

Keywords: environmental studies; community-based tourism; rural development; sustainability; oral memory.

Resumen: La preservación del patrimonio material e inmaterial, asociado al cuidado con el uso de los recursos naturales, requiere compromiso y participación de todos los sectores de la comunidad. En concreto, uno de los grandes retos de la gestión ambiental es trabajar junto a la naturaleza de forma responsable, para contribuir al desarrollo de los territorios rurales, y, al mismo tiempo, satisfacer los deseos de los vecinos y visitantes. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el rescate de memorias asociadas al medio ambiente y al turismo puede arrojar pistas y auxiliar en la conducción del trabajo de gestores vinculados

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



¹ Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, Minas Gerais, Brasil.

al desarrollo y conservación de los territorios rurales, en un municipio del sur de Minas Gerais, Brasil. Para conocer los atributos socioambientales, culturales e históricos inherentes al caso analizado, se realizó una búsqueda bibliográfica en los años 2019-2021, acceso a archivos personales y entrevistas semiestructuradas a pobladores del lugar y sujetos directamente relacionados con la temática investigada, con un guion preestablecido de preguntas en base a los bloques temáticos: medio ambiente, turismo sostenible e historias orales sobre el medio rural del municipio. Los resultados mostraron que la gestión ambiental debe tener en cuenta los posibles conflictos con intereses particulares, superándolos con base en agendas sólidas de gobernanza vinculadas al bien público.

Palabras clave: estudios ambientales; turismo comunitario; desarrollo rural; sustentabilidad; memoria oral.

1 INTRODUÇÃO

Frentes de trabalhos envolvendo estudos ambientais, cultura popular e salvaguarda do patrimônio têm tomado cada vez mais espaço nas discussões que envolvem meio ambiente e sociedade. Apesar disso, tais temas ainda não foram incorporados, tanto quanto o desejado, a planos de governo e políticas públicas setoriais no Brasil, especialmente quando o foco é colocado em prefeituras de municípios pequenos e médios. Nesses casos, o que se percebe, via de regra, é que as ações de gestores ligados ao meio ambiente, agricultura e pastas correlatas mantêm uma frágil relação com agendas de trabalho que envolvem governança, participação cidadã e cultura local.

A preservação do patrimônio material e imaterial, associada ao cuidado com a utilização da natureza como um bem comum pertencente a todos, requer comprometimento de todos os setores da comunidade. Para lá de todas as benesses oriundas da proteção ambiental, esta dinâmica é capaz de incrementar a sensação de pertencimento aos moradores rurais, além de contribuir para atividades de desenvolvimento local, a exemplo do turismo. Contudo, nem sempre o diálogo entre poder público e comunidade é fácil. Além disso, é importante salientar que essas e outras frentes de ação governamental tocam diretamente os gestores locais e as leis municipais que, por vezes, não têm continuidade em longo prazo. Por esses motivos, mesmo quando operacionalizadas, muitas vezes as políticas setoriais nessas áreas não surtem os efeitos desejados, como tem ocorrido em diferentes cidades brasileiras (MOSER; CARVALHO, 2021; KANITZ, 2018).

Das ações de envolvimento entre comunidade e políticas de gestão ambiental, advém uma pergunta importante: por que é necessário trabalhar junto à população? Há um *modus operandi* próprio do lugar que se altera constantemente, atrelado a questões de ordem econômica, interesses de mercado, processos de gentrificação e atribuição de valor de venda a territórios rurais. Por estes e outros fatores, é imprescindível que tenhamos sempre ativa a escuta da população local, uma vez que, não raro, ela está na intersecção entre turismo rural e mercado imobiliário; temas colocados em disputa e que precisam ser acessados sempre que a temática do meio ambiente vem à tona.

A literatura que tem sido produzida sobre turismo de base comunitária tem fornecido pistas importantes que colocam a comunidade como protagonista do processo de desenvolvimento comunitário, discutindo e planejando ações para impulsionar o desenvolvimento turístico de regiões como de Delfim Moreira, MG (LANZA, 2021). Nesse mesmo sentido, o estudo de Barros e Rodrigues (2019) abordou metodologias participativas na elaboração do currículo e de propostas pedagógicas propostas em Paraty, RJ. Na definição de um modelo de desenvolvimento do turismo de base comunitária para o município, o projeto envolveu estudantes da educação básica na

construção de um guia turístico, com mapas das trilhas e dos pontos de visitação, contribuindo para o aumento da autoestima e a afirmação de identidades, além de despertar nas pessoas envolvidas uma reflexão crítica sobre o planejamento da atividade turística nos seus territórios. Moraes, Mendonça e Pinheiro (2017) também propuseram uma reflexão sobre quatro projetos de turismo de base comunitária em Minas Gerais, dentro do contexto da política pública de regionalização do turismo, considerando os discursos e os olhares de interlocutores locais sobre o processo de construção do turismo e os desafios para o seu planejamento e sua gestão. Os autores evidenciaram a valorização da relação integrada entre cultura e natureza, colocando ênfase nos espaços de encontro e acolhimento entre visitante e visitado como elementos marcantes da experiência do turismo de base comunitária.

Dentro desta dinâmica, as trilhas na natureza têm sido percebidas, então, como uma forma singular de promoção do turismo e de desenvolvimento de cidades pequenas e médias, em diferentes regiões do país. O município de Visconde de Mauá, no estado do Rio de Janeiro, é exemplo desta afirmação. Com o intuito de promover ações de desenvolvimento turístico em seu território, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) lançou, em 2011, juntamente à Associação Comercial e Turística da cidade (MAUATUR), um portal que reúne informações sobre trilhas, cachoeiras, pousadas e demais atrações turísticas da cidade (SEBRAE, 2011). No entanto, e de modo um tanto quanto controverso, ações advindas da agenda pública neste e em outros casos semelhantes, geralmente, aparecem conjugadas a empreendimentos rurais, a exemplo de restaurantes, lojas de artesanato e hospedarias, interligando monumentos naturais e outros atrativos turísticos, segundo a intenção comum de criação de roteiros para visitantes.

Se, por um lado, este parece ser um modelo de desenvolvimento vantajoso para determinados municípios, por outro, há questões que podem colocar em xeque a ideia de desenvolvimento turístico e proteção do patrimônio. Que tipo de público tem sido priorizado no acesso às trilhas na natureza? Qual é a ideia de desenvolvimento subjacente aos modelos de desenvolvimentos vigentes no país? O que está por trás de adjetivos como “sustentável” e “ecológico”, tão recorrentes em ações nas ações do turismo?

Pensando em refletir sobre estas indagações e buscando perceber as diferentes cadeias de sentido e interesses subjacentes à demarcação desses tipos de rotas em espaços naturais, o Projeto TrilhaZ foi criado por uma equipe interdisciplinar sediada na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), no final de 2020. A datar daí, a ideia tem sido executada seguindo os princípios da extensão universitária, por meio da interação dialógica entre universidade e comunidade; da interprofissionalidade entre diferentes segmentos de atuação; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; do impacto na formação do estudante e da transformação social (FORPROEX, 2012).

Existe, ainda, o princípio da interdisciplinaridade presente na iniciativa em questão, cujo foco está colocado sob quatro pilares principais: meio ambiente, educação, cultura e turismo sustentável. Tais eixos estruturantes são trabalhados de maneira transversal, a partir de sete subprojetos que se conectam de maneira interdependente: (i) Qualidade de Ambientes, com Ênfase em Solo e Água, (ii) Geoprocessamento como Ferramenta para Conhecimento do Meio Físico; (iii) Percepção Botânica como Pilar para o Desenvolvimento Sustentável; (iv) Observação de Aves como Estratégia para a Conservação da Biodiversidade; (v) Gestão Esportiva de Trilhas Ecológicas; (vi) Educação Socioambiental e (vii) Cultura Popular e Salvaguarda Patrimonial em Trilhas na Natureza.

O artigo em tela, por sua vez, compila dados oriundos do subprojeto (vii), entre os meses de abril e julho de 2021. A partir desta problemática, objetiva-se analisar de que forma o resgate de memórias associadas ao meio ambiente e turismo pode lançar pistas e auxiliar na condução de trabalhos dos gestores ligados ao desenvolvimento e à conservação de territórios rurais, em Delfim Moreira, região sul de Minas Gerais, e cidades congêneres.

2 METODOLOGIA

Em linhas gerais, o Projeto TrilhaZ tem por objeto de estudo um percurso caminhável de 7,9 km, localizado na zona rural de Delfim Moreira, no Sul do Estado de Minas Gerais, município vizinho à universidade onde está sediada a ação de extensão. Em meio a uma área de pequenas comunidades rurais, inúmeros cursos d'água e vegetação nativa de Mata Atlântica, o trecho liga o complexo de cachoeiras da Fazenda da Boa Esperança (Bairro Buriqui) ao Mirante do Balanço Infinito (Bairro São Francisco dos Campos), localizado na crista da Serra da Mantiqueira, a uma altitude média entre 1.300 e 1.700 m, na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

Para conhecer os atributos socioambientais, culturais e históricos inerentes ao trecho analisado, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica não exaustiva, a partir de livros e artigos na plataforma Capes Periódicos, publicados entre os anos 2019 e 2021 e com base nas palavras-chave “turismo sustentável”, “turismo rural”, “turismo de base comunitária”, “turismo no sul de Minas Gerais” e “gestão ambiental”. Como a literatura escrita sobre o tema no Brasil está perpassada, geralmente, por trabalhos não científicos, a revisão bibliográfica ocorreu, também, a partir de *sites*, manuais técnicos, inventários, relatórios de gestão, obras literárias e arquivos pessoais em texto e imagem cedidos por moradores da cidade, professores e pesquisadores envolvidos com o assunto das trilhas, a partir de uma perspectiva crítica².

Além da revisão bibliográfica, foram desenvolvidas, ao todo, dezenove entrevistas semiestruturadas com moradores locais e sujeitos relacionados diretamente à temática investigada. Do total, cinco entrevistas foram feitas presencialmente e outras quatorze foram realizadas a distância (formato on-line, em razão da pandemia gerada pela covid-19). Cada uma delas teve a duração aproximada de 40 minutos e contou com um roteiro preestabelecido de perguntas, escrito a partir de quatro blocos temáticos: (i) Meio Ambiente; (ii) História Oral e Memórias sobre a Zona Rural do Município; (iii) Turismo Sustentável e (iv) Educação Ambiental. Além das questões principais inerentes a cada um dos blocos mencionados, seguindo as recomendações de Manzini (1990), sobre o emprego dessa técnica de pesquisa, e de Silva e Dias (2017), sobre a relação entre memória e meio ambiente, foram realizadas perguntas complementares visando à obtenção de respostas mais específicas entre os interlocutores locais. É importante, ainda, informar que doze das quatorze entrevistas on-line foram conduzidas sob forma de grupo focal on-line, valendo-se da devida interação entre entrevistador e grupo entrevistado na articulação dos temas de interesse da pesquisa (MORGAN, 1996).

A organização dos dados investigados corroborou a criação de onze categorias de análise. Todavia, para garantir foco na discussão dos resultados, neste artigo, será dada atenção particular a três delas: (i) Meio Ambiente; (ii) Turismo Sustentável e (iii) História Oral e Memórias sobre a Zona Rural do Município, sendo esta última apresentada de forma fluida e conectada com as duas

² O banco com os dados gerados pelo projeto pode ser acessado, de maneira gratuita, no seguinte endereço eletrônico: www.trilhaz.com.br

outras. A escolha destes três eixos de interpretação justifica-se tendo em vista a indissociabilidade deles para a hipótese central deste artigo, qual seja, a relação direta e intrínseca entre meio ambiente, turismo, história oral e desenvolvimento de territórios rurais nas cidades pequenas e médias do Brasil. Embora tenham sido realizadas 19 entrevistas durante a pesquisa, na análise dos dados enfatizaram-se 15 delas, em razão do envolvimento direto dos respondentes sobre os pontos a serem discutidos mais detalhadamente neste artigo. Ao longo da apresentação e discussão dos resultados, os trechos de falas recolhidos durante a pesquisa de campo estarão grifados em itálico, referenciados à sua respectiva entrevista (E), de acordo com cada uma das pessoas respondentes enumeradas a seguir:

- E1, empresária e residente secundária do bairro³;
- E2, trabalhador rural aposentado e antigo morador do bairro;
- E3, proprietário de terras na Fazenda Boa Esperança e antigo morador do bairro;
- E4, trabalhador rural e antigo morador do bairro;
- E5, engenheira ambiental e atuante em projeto local de economia solidária;
- E6, bióloga e gestora pública na área de agricultura e meio ambiente de Delfim Moreira;
- E7, antigo morador e conhecedor da área de estudo;
- E8, Trabalhador rural aposentado e antigo morador do bairro;
- E9, sobrinha do antigo responsável pela Fazenda São Francisco;
- E10, escritor, roteirista e empreendedor do setor turístico de Delfim Moreira;
- E11, comunicólogo e gestor público na área de turismo, cultura e esportes de Delfim Moreira;
- E12, jornalista e empreendedor do setor turístico de Delfim Moreira;
- E13, professor de História no município de Delfim Moreira;
- E14, arquiteto, escritor e ilustrador. Especialista em *marketing* turístico e administração hoteleira;
- E15, professora, guia de turismo e atuante em trilhas de peregrinação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Memórias ambientais em Delfim Moreira

No final do século XIX, a produção de café no Vale do Paraíba impulsionou o cultivo de frutas na Serra da Mantiqueira, uma vez que o solo de algumas de suas cidades não era propício para o cultivo do café, como é o caso de Delfim Moreira. Nessa cidade, o plantio do marmelo foi introduzido e promovido pelo Barão de Bocaina, nas primeiras décadas do século XX, antecedendo o engajamento fruticultor que aconteceria em todo o país, pouco tempo depois disso (MASSMANN; FLORIANO; 2016).

Sendo o desenvolvimento da cidade impulsionado pela produção da polpa de marmelo, as fábricas que, até a metade do século XX, instalaram-se em Delfim Moreira, trouxeram consigo possibilidades de trabalho para boias-frias, engenheiros e despoldadores (ALKIMIN, 2012). Na década de 1950, o marmelo se tornou o principal produto da região e movimentou cerca de 51% do mercado da cidade sul mineira. Além disso, os derivados de leite, fumo, plantações de batata, milho, cebola e ervilha também movimentavam a economia, bem como a criação de suínos e bovinos (ALKIMIN, 2012).

³ Pereira e Long (2015) conceituam residência secundária como imóveis particulares usufruídos por pessoas que possuem residência permanente em outro lugar.

Na intersecção entre memória e estudos ambientais no município, verificou-se que a ocupação do solo nas áreas rurais pela prática da fruticultura foi comum em diferentes municípios do Sul de Minas Gerais, especialmente a partir dos anos 1950, em razão dos impactos da Revolução Verde (MASSMANN; FLORIANO, 2016). A modernização da agricultura trouxe consigo o uso de insumos e técnicas de plantio e colheita mais modernos que os usados em solo brasileiro, corroborando o cultivo de produtos de melhor qualidade e em escala industrial. No contato com os dados de campo, este tema foi recorrente, não apenas nos materiais encontrados durante a revisão bibliográfica, mas também na fala das pessoas entrevistadas, tal como atesta o trecho a seguir, a respeito da variedade do cultivo de frutas na região: *“tinha plantação de pêsego, marmelo e ameixa, chegou a sair três, quatro caminhões lotados de pêsegos”* (E1).

Contudo, com o passar dos anos, a produção diminuiu, acarretando o fechamento das fábricas e obrigando a população local a optar por outras atividades agrícolas. Os motivos que levaram a produção de marmelo à decadência envolvem fatores diversos, a exemplo do endividamento dos produtores e dos ataques constantes de pragas nas lavouras, que se intensificaram nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, as técnicas de plantio e colheita ficaram tecnologicamente atrasadas e, por esse motivo, as frutas importadas de países mais desenvolvidos apresentavam melhor qualidade. Tal motivo fez com que Delfim Moreira não conseguisse vencer a concorrência na venda do marmelo para as fábricas, inviabilizando os investimentos e as ações do setor (ALKIMIN, 2012; MOHALLEM, 2005; MASSMANN; FLORIANO, 2016). Com temperaturas mais amenas, o marmelo acabou cedendo lugar ao cultivo de verduras e legumes, em especial à batata.

Apesar de apresentar-se como uma constante do cultivo agrícola no município, a fruticultura não era, propriamente, uma prática comum na área estudada. Isso porque a distância dos núcleos de povoamento e zonas de beneficiamento desse tipo de produto era agravada pelas más condições da estrada e pelo relevo acentuado. Segundo E3, *“no início, a pastagem com o gado era a única forma de trabalho na região da Boa Esperança”*.

De maneira conjunta à prática pecuarista, a exploração de madeira popularizar-se-ia apenas tempos depois, com a introdução do cultivo do *Pinus elliottii*. E4 ajuda a construir, de uma maneira simples e eficaz, a ideia que esclarece o processo de substituição da atividade pecuária para a exploração madeireira na região:

O gado não comia o pinus, então [...] não estragava o pinus. Depois [disso é] que o pinhal formou e o pasto por baixo foi acabando. Porque começou a derrubar uma folha, esses gaio com essa palhinha seca [que] começou a matar o capim. Então, formou o pinhal. Depois, montaram negócio, venderam muita tora de lá para essa turma que tem serraria [...]. Mas, no começo, aquilo lá era pasto só. (E4).

Endossando as informações sobre as fases do aproveitamento extrativista madeireiro, E1 afirmou que: *“Por muito tempo a região viveu quase que exclusivamente da exploração do eucalipto”*. Esta informação foi complementada por E2: *“Depois venderam para um pessoal que plantaram muito esse Pinus elliottii, após sua formação, eles tiraram e plantaram alguns pé de eucalipto”*.

São vários os passivos ambientais decorrentes do extrativismo madeireiro no país e, de acordo com E1,

[...] isso, na [Serra da] Mantiqueira, acaba sendo um grave problema. A monocultura de um tipo de cultivo e sobre os problemas inerentes ao cultivo do eucalipto naquela altitude, da erosão do solo, da exaustão do solo, de como esse tipo de floresta não é propício à biodiversidade.

A problemática da monocultura do eucalipto não se restringe à Serra da Mantiqueira. Segundo Oliveira, Menegasse e Duarte (2002), as florestas de eucalipto e *pinus* no Médio Vale do Jequitinhonha trouxeram diversos impactos negativos para a região, a exemplo do agravamento da escassez hídrica. Os autores ressaltam, ainda, que o plantio de eucalipto, por vezes, ocorre por meio da remoção da mata nativa, gerando impactos negativos ao meio ambiente, justificado pelas demandas da indústria madeireira e do extrativismo carvoeiro.

Segundo as entrevistas realizadas, entre os anos de 1964 e 1965, teve início a produção de carvão natural nos arredores da Fazenda Boa Esperança, o qual se anunciava como ofício financeiramente vantajoso. Havia diversas carvoarias na serra, principalmente nos arredores do Bairro São Francisco dos Campos, onde esse tipo de trabalho começou, por volta de 1950. Todavia, a atividade extrativista não acontecia isenta de acarretar uma série de revezes ambientais, a exemplo das queimadas. A narrativa sobre a presença de incêndios na região foi resgatada pela E4:

[...] teve um ano que deu uma seca prolongada, foram queimar roçado lá perto da Boa Esperança, queimou aquela encosta tudo [durante] uns três dias e três noites [...]. Não lembro o ano, eu sei que nós, o povo, vivia serrando, tomando cuidado, porque se pegasse fogo não apagava, [...] principalmente quando o pinhá tava formado, porque queimava muito fácil, né, aquela palha de pinheiro.

De acordo com a E1, atualmente,

[...] o eucalipto está saindo e dando lugar, por exemplo, a cultivos mais sustentáveis, que é o das oliveiras. Então, eu imagino que, além da melhoria do benefício ao solo, também vai haver um benefício agregado de proteção à floresta. Porque não vai haver mais aquele tipo de exploração a todo custo, de retirar a mata nativa para dar lugar ao eucalipto. E que as pessoas que, por exemplo, cultivam as oliveiras, têm uma visão melhor, mais sustentável e de proteção à Mantiqueira e às suas espécies, tanto vegetais quanto animais.

A expressão “visão melhor” pode encerrar, ela mesma, um lugar discursivo que coloca determinados atores num lugar de fala justificado pela sustentabilidade, pelo benefício agregado de proteção à floresta. Entretanto, resta saber qual será o impacto desses novos cultivos no uso e na ocupação do solo, e quais serão os conflitos advindos dessas novas dinâmicas na região.

A discussão sobre esses e outros temas foi levantada em um dos grupos focais organizados para a pesquisa, o qual abordou a educação ambiental e o desenvolvimento rural no município. Nele, chamou atenção a fala de E5, a qual enfatizou a relação entre preservação do meio ambiente e geração de emprego no campo:

[...] a gente está dentro de uma área que é muito rica, uma parte da Mantiqueira tá aí, a gente consegue ver ela no nosso quintal, que é um grande privilégio. Como que a gente vai preservar isso, mas garantir emprego para nossa população que está sofrendo de desemprego, como que a gente vai alimentar essa população que está passando fome. E isso sim, pensar isso coletivamente.

A problemática em âmbito municipal foi também abordada por E6: “[...] neste contexto, como garantir o emprego da população local e preservar o meio ambiente? Além disso, como mostrar para o produtor rural que pratica a agricultura familiar que o seu produto tem valor?”. Ambas as falas apontam nortes interessantes para a criação de políticas públicas que reconciliem temas como desenvolvimento rural, agricultura familiar, preservação do meio ambiente e geração de emprego. A esses assuntos deve ser acrescido, ainda, outro de grande importância para as agendas governamentais contemporâneas: a gestão dos cursos hídricos.

A água é um bem natural abundante na região. A vasta extensão de mata preservada, muito dela localizada naquilo que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) reconhece como áreas de proteção permanente, tem garantido o bom abastecimento das nascentes que alimentam os rios Buriqui e São Francisco, confluentes das cachoeiras da Fazenda Boa Esperança. Segundo a E3, esses cursos d'água “[...] têm quatorze quilômetros de captação de água. Então é muita coisa. Entendeu? São quatorze quilômetros de funil de mata”.

No entanto, as dinâmicas ambientais locais vêm se alterando com o passar dos anos. Ainda, de acordo com a E3, talvez o exemplo mais significativo que ajude na afirmação dessa sentença seja a diminuição do volume de corpos hídricos nos últimos anos. A este respeito, cita-se, em especial, a seca de 2014, a qual corroborou o baixo volume hídrico e a incapacidade de geração de energia por parte da represa da pequena central hidrelétrica REPI⁴, ocasionada pela baixa vazão observada nos cursos d'água e cachoeiras das partes mais altas da serra:

Você vai chegar naquela cachoeira lá embaixo, ela não passa mais por ali, ela só vai passar pelo cantinho e vai ser um filezinho de água, uma coisa incrível, uma coisa que dói o coração da gente. Essa represa da REPI está vazia, fechada.

Nas áreas adjacentes aos Bairros Buriqui e São Francisco dos Campos, há diversos lugares que atualmente não contam mais com pontos de captação de água, isso “devido a pastagem com braquiária, plantação de eucalipto e *Pinus elliottii*” (E7). De acordo com o relatado pelos moradores mais antigos da região, o Rio São Francisco, que corta a Fazenda Boa Esperança, obteve sua cota máxima em algumas ocasiões; “[...] chegava ao ponto que o cavaleiro não passava. Ficava dois, três dias e chovia muitos dias sem parar, né? Aí a água não abaixava” (E4).

O declínio do potencial hídrico atual da região, reflexo das dinâmicas de uso e ocupação do solo descritas anteriormente, foi captado, no linguajar próprio dos entrevistados, em diferentes momentos, tal como apresentado a seguir:

O senhor Tonho Herculano⁵ sabia de muita coisa. Ele contava pra gente que esse rio aqui, hoje em dia, num tem mais. Você num vê mais enchente. (E8).

*Antigamente era mata. Meu pai falava mata virgem. Então tinha aquelas água. Hoje tem muitos lugares em que não existe mais aquela mina, aquela água. Eu conheço lugares lá, que tinha água, hoje não tem mais. O desmatamento e a ganância de plantar eucalipto, *Pinus elliotti* e formar pastagem com braquiária [...] o meio ambiente ficou mal nessa.* (E7).

A baixa no volume de água está ligada, ainda, ao declínio da precipitação. De acordo com E8, hoje em dia,

[...] as chuvas são poucas, não cresce o rio. Na época que ele [o senhor Tonho Herculano] era rapazinho novo, essa água ia chegar quase [a] passar em cima da ponte. O rio tem mas agora não sobe nada [...] Chovia bastante uns quarenta anos atrás, chovia 15 dias isso, sem parar. Hoje dá uma chuvinha e passa um mês sem dar outra.

Outro parâmetro meteorológico que sofreu alteração, segundo os dados investigados no livro *Viagem à Serra da Mantiqueira* (SAMPAIO, 1978), foi a temperatura, uma vez que a geada e o frio intenso diminuíram de maneira significativa. Por volta de 1893, na região de estudo,

⁴ REPI é a sigla da Rede Elétrica Piquete-Itajubá, usina criada em 1932 para abastecer as fábricas de armas de Itajubá, MG, e de pólvora de quete, SP.

⁵ Por se tratar de um nome emblemático para a cultura local, preferimos deixá-lo evidenciado no texto. O sujeito citado concedeu direito da publicização desta citação.

a temperatura mínima no verão chegava a 8°C e a temperatura média não passava de 16°C nessa estação (SAMPAIO, 1978). Esta informação vai ao encontro dos relatos colhidos durante as entrevistas:

A minha mãe fala e no livro, [...] em cima das pesquisas que eu fiz, a gente vê muito relato assim, de oito graus centígrados no verão” (E9). “Fazia bem mais frio antes, hoje ainda faz frio, mas não é igual era. Antigamente geava bastante mesmo, agora não geava mais. Às vezes, até passa o inverno você não vê geada [...]. A temperatura do tempo mudou muito, né?” (E8).

A história oral relacionada às alterações climáticas menciona, inclusive, um determinado episódio de precipitação de neve na região estudada:

Caiu uma neve na Boa Esperança, uma vez só. Um dia amanheceu brusco [...] a neve só caiu na chuvinha, o tempo estando limpo assim de jeito nenhum, passava aquela [imita barulho de vento] aquela neve mata tudo quanto é coisa. Passou uma neve muito forte lá foi em [19]63. (E2).

É importante que se pense no uso e na apropriação do solo em paralelo a conflitos de interesse e agenda de governança – os quais entrelaçam ambiente e sociedade. Nesse sentido, é notório resgatar o caso do plantio de eucalipto no Vale do Jequitinhonha (região nordeste mineira), já relatado anteriormente. Se, por um lado, havia incentivos do governo para o cultivo dessa monocultura e a promessa do desenvolvimento para a região, por outro, a realidade apresentava-se de maneira diferente: as condições de trabalho eram precárias e os impactos ambientais mostraram-se bastante negativos (OLIVEIRA; MENEGASSE; DUARTE, 2002).

No cruzamento entre ambiente e sociedade, os conflitos mostram-se marcados também pela questão do turismo. A este respeito, é significativo o caso da cidade de Gonçalves, MG, localizada na Serra da Mantiqueira. Andrade (2013) relata que houve expressivo investimento financeiro para o desenvolvimento turístico do município, principalmente no setor de hospedagem. Todavia, tal dinâmica ocorreu sem o devido planejamento do setor público e sem a participação dos moradores locais. A partir dos anos 2000, Gonçalves passou a ser procurado como destino turístico, mas, para os moradores e o meio ambiente, o cenário que se configura, ano após ano, não se mostra favorável às suas necessidades (ANDRADE, 2013). Então, a esta altura é preciso que se indague: como todas estas questões serão trabalhadas num futuro próximo? Tendo em vista o perfil da região estudada e os possíveis caminhos para seu desenvolvimento, é importante refletir neste artigo, também, a problemática do turismo local.

3.2 Dinâmicas turísticas locais

Um dos recantos mais pitorescos da cidade é a bonita cachoeira que fica a poucos quilômetros de Delfim Moreira, sendo um dos lugares preferidos para passear.

O trecho acima, retirado do documentário “Cidade de Delfim Moreira” (CIDADE, 1952), é narrado sobre as imagens da cachoeira Itagyba, localizada a 4 km do Bairro Centro. Trata-se de um dos principais pontos de interesse do município, tanto do ponto de vista histórico quanto ambiental. Embora o vídeo configure-se mais como um produto promocional para divulgar os feitos da prefeitura à época de sua gravação, ele compila pontos importantes sobre a economia e os dados gerais da cidade, com tomadas emblemáticas do cotidiano local no início da década de 1950.

Ao enfatizar a cachoeira de Itagyba, “um dos lugares preferidos para passear”, o vídeo cumpre a função de divulgar a cidade por meio desse atrativo natural. Este é, provavelmente, o registro mais antigo de propaganda turística do município, resguardadas as eventuais anacronias que possam existir na aproximação histórica com este campo de estudo. Embora já houvessem esforços políticos para a implementação do turismo em Delfim Moreira desde aquela época, a expansão do setor no município começou a acontecer, de fato, apenas no final do século XX, com a inauguração de pesqueiros, pousadas e *campings* na região, motivo que possibilitou o novo crescimento da economia local (MASSMAN; FLORIANO, 2016).

Conforme consta no relatório técnico sobre o Inventário Turístico de Delfim Moreira, o município tem, atualmente, diversas opções de lazer ao ar livre, como as cachoeiras da Fazenda Boa Esperança, a cachoeira Itagyba e o Parque Cruz das Almas (ALKIMIN, 2012). Tais locais atraem visitantes por diferentes motivos: “[...] eles apresentam-se como atrativos naturais e, ao mesmo tempo, como local para a prática de esportes, a exemplo da mountain bike, trekking, rapel, entre outros” Alkimin (2012, s.p.), endossando uma das falas recolhidas durante as entrevistas: “[...] a Serra da Mantiqueira é uma grande academia ao ar livre” (E3). Por estas razões, e pelo crescente número de adeptos de atividades físicas e de lazer ao ar livre, esses lugares têm se consagrado como expoentes do ecoturismo local.

Reforçando este argumento, discursos ligados à vocação turística do município pululavam de diferentes maneiras durante a apreensão das entrevistas:

Temos clima fresco de montanha, cachoeiras maravilhosas, trilhas históricas e mirantes. Temos festas tradicionais que têm atraído mais e mais turistas, como a Expo Delfim e a Festa do Marmelo e o FIT, que é o festival integrado de teatro de Delfim Moreira. (E10).

Gostaria de destacar como Delfim sempre foi visto como um potencial turístico, desde que eu tenho treze anos eu escuto isso, né? Delfim tem muito potencial, Delfim é a Campos do Jordão do Sul de Minas... E realmente tem. Eu vejo esse potencial, sabe? Então como desenvolver isso valorizando nossa cultura rural, né? Da pessoa que é rural, do caipira e de toda essa cultura que a gente tem e que a gente faz tão bem, como a Festa do Marmelo, por exemplo. (E5).

Somam-se aos atributos naturais (clima ameno, cachoeiras, trilhas e mirantes), atrativos culturais, a exemplo das festas e dos festivais citados, aos quais podem aliar-se, ainda, diferentes patrimônios, integrantes da cultura rural e caipira, a exemplo da gastronomia (sopa de marmelo, culinária típica à base de pinhão) e dos prédios históricos do município. Felizmente, vários desses itens já estão inventariados e protegidos pelo município.

Essas e outras estratégias de gestão ligadas à preservação do patrimônio precisam estar coesas na agenda futura para o turismo no município e cidades congêneres brasileiras. Elas devem estar, por conseguinte, ligadas às pastas governamentais correspondentes, de modo a garantir a criação de um plano de manejo adequado, voltado para o bom uso e a ocupação do solo, de maneira a mitigar as transformações antrópicas, tal como as relatadas na primeira parte deste artigo. Isso porque, segundo E11, o público visitante do município

[...] busca um turismo rural, que busca o turismo de base comunitária, que busca turismo e experiência, mas principalmente pessoas que querem ter esse contato com a natureza, que é o nosso grande diferencial. Então nessas pessoas e sobretudo pessoas que possam ter mais consciência, que cheguem para somar e que possam de fato desfrutar de tudo isso.

Embora haja dificuldades estruturais de implementação do turismo, o apelo às potencialidades turísticas locais e à vocação turística do município é grande. Para entender como

esta problemática pode conectar-se com a área foco das atividades do projeto em questão, é importante que se coloque atenção no histórico do turismo na Fazenda Boa Esperança.

Apesar da vasta oferta de cachoeiras, trechos de caminhada e mirantes na região, há duas décadas não era muito popular a prática de turismo e lazer entre parte de visitantes. Algumas das falas captadas durante as entrevistas endossam essa afirmação, remontando aos dados sobre uso e ocupação do solo descritos na seção anterior. Segundo E4:

[...] aquilo lá era pasto, a [pousada] Boa Esperança, num existia. Tinha as cachoeiras mas ninguém desfrutava, né? Ninguém se importava com aquilo, não tinha movimento de gente, tinha um fazendeiro lá, um tal de Sebastião, mas ele desfrutava dos pastos, o negócio dele era ter um gadinho lá no pasto, tirar um pouquinho de leite, um pouquinho de lavoura.

Na E3, o proprietário de terras na região e idealizador da primeira pousada local ajuda a compor este cenário, desta vez associando a ausência de turismo com o extrativismo madeireiro:

Só tinha uma casinha pequenininha, não tinha restaurante, não tinha nada, nem um barzinho. A pousada foi em 2000, porque até lá [risos] era só vender madeira, que era só medir caminhão, eu num tinha nem motoserra, eu num tinha motoserra nem nada, eu só tinha uma fita métrica para medir caminhão de madeira. E aí eu fiz uma pousada porque ia acabar a madeira e como eu não reflorestei nem de pinus que era a Boa Esperança, eu deixei crescer o mato.

Com a decisão de não continuar o plantio de *pinus* e eucalipto, a partir de 2000, a mata voltou a crescer e a fauna local pôde habitar novamente a região. O mesmo entrevistado ressaltou, em outro trecho, a notoriedade das transformações observadas nos últimos 20 anos: “[...] eu acho que a cara daquela região ali e o modo de se encarar o turismo já mudou. Eles já passaram a ganhar, se interessar e trabalhar, comprar equipamento para fazer jardinagem pro sítio, eles já estão preocupados com essas coisas e já estão vivendo dessas coisas” (E3).

Após a criação da pousada, o lugar passou a ser procurado por visitantes interessados em conhecer as sete cachoeiras mais próximas do vale. Apesar de estarem sempre ali, tais atrativos não tinham, no passado, o valor turístico que têm hoje. Este sentido pôde ser apreendido com base na seguinte passagem: “Ninguém falava que ‘nós vamos lá na cachoeira’, passear lá, não tinha nada disso, ninguém se iludiu com isso não. Depois ficou conhecido, né?” (E4).

Para lá dos atrativos naturais catalogados na parte baixa do vale, no meio do trajeto da trilha-piloto estudada, encontra-se uma queda d’água exuberante, com um poço bastante apropriado para banho. Curiosamente, durante o trabalho de campo, não houve consenso com relação ao seu nome. Embora receba a menção de Poço de São Francisco, de acordo com um *folder* promocional impresso pela Pousada do Barão, na década de 1980, ela obteve, durante as entrevistas com os moradores locais, a alcunha de Cachoeira Formosa, tal como informou E8. Na continuidade de sua fala, foi citado, ainda, um outro atrativo localizado a montante do Rio São Francisco, na parte mais alta do vale: “[...] a cachoeira do Tatu pra cima do hotel, pegando o caminho que vai para Aparecida” (E8). Esses e outros locais estão presentes nas memórias de infância narradas por E9: “[...] quando a gente era criança, a gente ia para a Cachoeira Formosa, para a Cachoeira do Tatu, para a Cascatinha”.

Como demonstrado até aqui, atrativos naturais não faltam. Por esta razão, é preciso que seja pensado um plano de desenvolvimento adequado para o território em questão, de modo a equilibrar possíveis divergências de interesse entre comunidade local e turistas, e entre os próprios turistas, uma vez que os conflitos existem entre os diferentes usos feitos na região de

estudo. Nesse sentido, é possível evidenciá-los a partir do tempo livre e da experiência turística dos visitantes, tal como é narrado por E1:

[...] existe, por exemplo, o pessoal do cicloturismo, de mínimo impacto que são muito mais conscientes e têm um convívio, né? [...] E existe o pessoal das motocicletas off-road, fazendo barulho, atropelando os pequenos animais, causando impactos no ciclo delicado das espécies com toda aquela barulheira e agitação.

A apropriação controversa entre ciclistas e motociclistas proposta pela narrativa sugere, por conseguinte, que o uso dos espaços na natureza seja promovido de maneira setorizada, de modo a mitigar os conflitos de interesse existentes entre moradores e visitantes. Tal argumento justifica-se, sobretudo, pela proposição de ações voltadas para a preservação dos ecossistemas locais, em consonância com o uso correto dos recursos hídricos:

[...] os cursos d'água [...] precisam ser protegidos, né, por uma correta ordenação do solo e através do uso sustentável, por exemplo, o criador de truta, ele vai ter um maior interesse em proteger o rio porque sem água limpa ele não tem a criação da truta. (E1).

Todavia, é importante ter clareza de que a vontade de preservação local está além das nobres intenções dos trabalhadores camponeses e moradores secundários, visitantes esporádicos da região. Isso porque, tal como adverte Andrade (2013), os interesses econômicos sobre as atividades turísticas não têm sido tratados de maneira equilibrada com os demais interesses do setor. Muitas das vezes, os ágios financeiros de possíveis investidores ou compradores de serviços deste setor são as intenções-guia de gestores e empreendedores ligados a esta área. Algumas das falas captadas durante as entrevistas endossam este argumento:

[...] as atrações [turísticas] vão ditar o tipo de público e todo mundo sabe que a natureza, as belezas naturais, as cachoeiras, os mirantes, os picos, os bosques, tudo isso é o ponto forte de Delfim, ecoturismo, turismo de natureza. Então quem gosta desse tipo de turismo vai ser o nosso público-alvo. (E12).

As falas dos entrevistados sugerem pistas importantes para o desenvolvimento rural futuro da região, baseado na premissa de proteção ao ambiente, uso racional dos recursos naturais e na participação dos moradores para o desenho de novas formas de uso e ocupação do solo, tal como sugerido pela fala da E1:

Então, nós precisamos atrair esse tipo de ordenamento de uso do solo, as pessoas que, claro, vão tirar sua subsistência da terra, mas de uma forma que respeite a fragilidade do ecossistema [...]. Eu vejo o cultivo de orgânicos, a produção de azeite, a produção de mel, a criação de trutas, como forma de atrair o turista de uma forma mais lúdica, menos agressiva à natureza. O eucalipto está saindo e dando lugar a cultivos mais sustentáveis, que é o das oliveiras.

Para lá dos pontos relativos ao meio físico em si, as tendências e advertências para o futuro do turismo na região passam, ainda, por questões de ordem imaterial: “Um turismo que ele seja, sim, sustentável, mas que ele vá pra essa parte de valorização da nossa cultura, de valorização dos nossos habitantes e dos espaços que eles vivem” (E5). Ao colocar foco no assunto das trilhas na natureza, a entrevistada sugere o melhor modo pelo qual aconteça a relação simbiótica entre trilha e moradores: “[...] hoje em dia pra você fazer muitas trilhas em Delfim, você tem que perguntar pra galera, chegar nas casas e falar, ‘olha a trilha que eu quero fazer é essa aqui mesmo?’” (E5). Em cidades onde as atividades turísticas ainda são incipientes, como é o caso de

Delfim Moreira, a ausência de placas indicativas e protocolos de orientação padronizados acaba sendo um fator de aproximação entre visitantes e moradores, tal como exposto pela fala de E5, sendo uma das premissas para o modelo de turismo de base comunitária (BARROS; RODRIGUES, 2019; MORAES; MENDONÇA; PINHEIRO, 2017; LANZA, 2021), ao qual a abordagem conceitual deste artigo se filia.

Algumas das falas acenaram, ainda, para a criação de um plano de ação para o turismo que seja condizente com a identidade e potencialidade local:

[...] a gente precisa valorizar o lado rural do turismo, mas sem criar nenhum espetáculo que não exista, não é? Só aquilo que realmente seja natural, porque eu sei de locais onde se cria a tradição que nunca teve, só para trazer o turista para o local, então é preciso também ter um certo cuidado. (E13).

Além disso, tais ações devem estar voltadas para a população da cidade, como enfatizado por E14:

Não adianta nada você querer implantar um projeto, instalar um empreendimento, mas já vem destruindo, né? Tem-se ainda aquela coisa que o turismo é para só o turista e esquece que o turismo também tem que ser primeiramente para o cidadão local.

O mesmo entrevistado sugere que as atividades do município estejam voltadas para diferentes tipos de público, e parte deste raciocínio ocorre com base na perspectiva monetária:

Delfim Moreira também oferece turismo para outros, para todos os tipos de bolso, vamos dizer assim, se você quiser se hospedar numa pousada mais simples você pode, se você quiser ficar num hotel de alto padrão com spa você fica, e se você quiser até ficar num camping você também tem essa opção, se você quiser alugar casas também você tem essa opção, mas, primeiramente, quem vem para destinações turísticas novas são aqueles turistas que querem fugir do comum, eles querem coisa nova e isso acontece em Delfim. (E14).

A passagem acima enseja um modelo de oferta turística que parece, a princípio, democrático e acessível para diferentes tipos de público. Todavia, é importante que se cruzem os diálogos captados com outros atores do município, a exemplo do trecho a seguir, no qual o gestor municipal aproxima o potencial turístico municipal do modelo praticado por uma cidade de vocação homônima:

Cunha, por exemplo [...], ali eles conseguiram fazer o movimento que independe de gestão pública, a população [está] junto, comunidade vai fazendo um movimento que aconteceu ano após ano, isso atraiu muitos investidores. Cunha hoje tem uma rede de muitas pessoas que vieram de fora porque se apaixonaram e ali se instalaram e tão movimentando também a cidade. (E15).

Aqui é possível aproximar a temática do desenvolvimento pelo turismo da gentrificação e da turistificação dos territórios. A partir da argumentação construída pelo comentário na E15, cabem duas indagações: a atração de investidores atende a que tipo de interesses? O modelo praticado nos municípios pequenos e médios país afora tem garantido a participação popular e a inclusão da comunidade local no processo de desenvolvimento de seus territórios? Tais perguntas são importantes para nortear o plano de desenvolvimento municipal. Com a conscientização de que o turismo não deve servir somente ao turista, o sucesso de qualquer planejamento, quer seja de cunho ambiental, quer seja de cunho turístico, deve envolver os conhecimentos e as necessidades, fundamentalmente, dos habitantes locais (LIMA; IRVING; ABREU, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na execução do Projeto TrilhaZ, ação extensionista desenvolvida por uma equipe de estudantes, professores e técnicos da UNIFEI, o percurso desenvolvido pelo artigo fala sobre a importância de se atrelar trilhas na natureza, memórias, estudos ambientais e planos de gestão para o turismo de municípios com área rural significativa, tal como é o caso de Delfim Moreira.

O resgate da história oral sobre os usos e as apropriações dos recursos naturais na área estudada dialogou com informações sobre cultura, história e economia local, a partir de uma noção expandida de patrimônio, a qual precisa contemplar, também, os saberes populares da comunidade local, tal como se pôde averiguar nos trechos das entrevistas e dos documentos citados ao longo do artigo.

As memórias associadas ao meio ambiente podem lançar pistas e auxiliar na condução de trabalhos dos gestores ligados ao desenvolvimento e à conservação de territórios rurais, não apenas em Delfim Moreira, mas também em outras cidades de tamanho e perfil similares, na Serra da Mantiqueira e em outras regiões do Brasil. Nessa dinâmica, é importante que a gestão ambiental, especificamente aquela relacionada à boa utilização dos bens naturais, possa levar em conta possíveis conflitos com interesses particulares, superando-os com base em agendas de governança sólidas e concatenadas com o bem público.

Por fim, é importante reafirmar que o cruzamento entre ambiente e sociedade está marcado pela questão do turismo, o qual propicia indagações sobre como isso tudo deve ser trabalhado no futuro próximo, na direção das contribuições que têm sido trazidas pelas boas experiências de turismo de base comunitária. O desenvolvimento dos territórios rurais nas cidades do interior do Brasil só será efetivo e democrático se as necessidades dos envolvidos, visitantes e comunidade local forem devidamente respeitadas.

REFERÊNCIAS

- ALKIMIN, E. G. *Construtores de nossa história*. Itajuba: Diagrarte, 2012.
- ANDRADE, A. C. Os turistas chegaram, mas e o desenvolvimento? A relação dos moradores de Gonçalves (MG) com o crescimento do turismo no município. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 11, n. 1, p. 103–25, 2013.
- BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 22, p. 1–20, 2019.
- DELFIN MOREIRA/Marmelópolis Documentario Completo. [s.l.]: Tamoyo Filmes Ltda, 1952. 1 vídeo (17 min 37 sec). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6e1jgYQOPcA>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS [FORPROEX]. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: UFMG, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renew/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- KANITZ, H. G. Diálogos entre o patrimônio, a educação e o turismo: um estudo sobre o projeto prazer em conhecer, orgulho em preservar. *Turismo visão e ação*, Balneário Camboriú, v. 20, n. 2, p. 266–78, 2018.
- LANZA, E. V. *Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural: o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira – MG*. 2021. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; ABREU, M. M. Políticas públicas de cultura e turismo: uma relação mal resolvida? *Revista de Cultura e Turismo*, Ilhéus, v. 11, n. 1, p. 175–202, 2017.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26, p. 149–58, 1990.

MASSMAN, D.; FLORIANO, M. História, memória e silêncio em Delfim Moreira. In: ORLANDO, E. P. (Org.). *Instituição, relatos e lendas: narratividade e individuação dos sujeitos*. Pouso Alegre; Campinas: Univás; RG Editores, 2016. [s.p.].

MOHALLEM, V. L. M. (Coord.). *Memórias: nos rastros da Mantiqueira*. Delfim Moreira: Unipac, 2005.

MORAES, E. A.; MENDONÇA, T. C. M.; PINHEIRO, C. V. Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. *Revista de Cultura e Turismo*, Ilhéus, v. 11, n. 1, p. 7–34, 2017.

MORGAN, D. L. Focus groups. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 22, p. 129–52, 1996.

MOSER, G.; CARVALHO, V. M. Intermittências na gestão pública em turismo: um estudo sobre o patrimônio cultural edificado de Blumenau e políticas públicas voltadas ao turismo. *Turismo: visão e ação*, Balneário Camboriú, v. 23, n. 2, p. 391–414, 2021.

OLIVEIRA, F. R.; MENEGASSE, L. N.; DUARTE, U. Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de cerrado, no médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 12., 2002, Santa Catarina. *Anais [...]*. Florianópolis: Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, 2002.

PEREIRA, A. P. C.; LONG, J. The social dynamics of space constructions and leisure lifestyle. In: GAMMON, S.; ELKINGTON, S. (Org.). *Landscape and leisure: space, places and identities*. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 41–54.

SAMPAIO, T. *Viagem à serra da Mantiqueira: Campos do Jordão e São Francisco dos Campos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS [SEBRAE]. Visconde de Mauá ganha portal para turistas. *Agência Sebrae de Notícias* [online], 2011. Disponível em: <http://www.rj.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RJ/visconde-de-maua-ganha-portal-para-turistas,1f900101df816410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SILVA, A. F.; DIAS, R. S. Memória e meio ambiente: a história oral como metodologia na identificação de mudanças ambientais em Campo Grande, Rio de Janeiro. *Diversidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 2, p. 165–77, 2017.

Sobre os autores:

Paulo Cezar Nunes Junior: Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC). Mestre, licenciado e bacharel em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Exerce docência em dedicação exclusiva na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), onde desenvolve pesquisas e projetos de extensão com temas ligados à cultura, festivais, educação, imagem, cidade e planejamento urbano. **E-mail:** paulonunes@unifei.edu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2592-3197>

Thais Aparecida Cortez Pinto: Mestranda no Programa de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Graduada em Ciências Atmosféricas pela UNIFEI.

E-mail: thais.cortez@unifei.edu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5825-4535>.

Rogério Melloni: Doutor em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre e graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), atuando nos temas Recuperação de Áreas Degradadas e Microbiologia Ambiental. **E-mail:** rmelloni@unifei.edu.br, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-2724-2603>

Isadora Felícia da Silva: Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e técnica em Hospedagem pelo Centro Educacional LIMASSIS – Fundação ROGE. **E-mail:** isadora.felicia@hotmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0001-9605-5425>